

EDITORIAL

A Revista Direito & Paz, periódico vinculado ao Programa de Mestrado Acadêmico em Direito do Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL, tem por objetivo divulgar pesquisas relacionadas à sua área de concentração “Concretização dos Direitos Sociais, Difusos e Coletivo”, contribuindo para a formação e o desenvolvimento científico jurídico. Para isso, recebe contribuições relacionadas às seguintes temáticas: direitos sociais, econômicos e culturais e direitos de titularidade difusa e coletiva.

A presente edição, de n. 44, conta com trabalhos de pesquisadores de diversas universidades e centros de pesquisas, nacionais e internacionais, estimulando o intercâmbio e o debate acadêmico envolvendo os direitos sociais, os difusos e os coletivos.

Na abertura desta edição está o artigo “Direitos humanos do nascituro concebido e a visão concepcionista: questões controvertidas e atuais” de autoria de Stela Marcos de Almeida Neves Barbas e Guilherme Gratão Cunha. Em seguida, conta com a participação de Dirceu Pereira Siqueira e Jamile Sumaia Serea Kassem com o texto “A educação inclusiva como forma de desenvolvimento da personalidade: a segregação contida no Decreto 10.502/2020”.

Prosseguindo com a leitura, encontra-se o debate sobre “A ética da alteridade e a busca pela igualdade de reconhecimento em Emmanuel Lévinas” proposto por Lara Caxico Martins Miranda, Luiz Gustavo Tiroli e Fernando de Brito Alves. O próximo trabalho é “Justiça eleitoral e os direitos políticos das pessoas com deficiência: adaptação razoável com voto obrigatório” de autoria de Vladimir Oliveira da Silveira e Adriana Lampert.

João Garani e Eveline Denardi discutem “A contribuição dos cartórios de protesto na recuperação de créditos”. Em seguida, os leitores se deparam com a pesquisa “Limitações ao *habeas corpus* pela jurisprudência defensiva do Supremo Tribunal Federal” de João Matheus Franco Giacomini e Rejane Alves de Arruda.

Raquel Torres de Brito Silva e Clara Angélica Gonçalves Cavalcanti Dias colaboram com o texto “O equilíbrio ambiental, sob o enfoque da dignidade, na proteção da sadia qualidade de vida”. O próximo artigo é de autoria de Ilton Garcia da Costa e Aline Albieri Francisco, com o título “Mulheres no cárcere e o serviço público de saúde”.

Continuando, o leitor deparar-se-á com o trabalho “As repercussões do caso ‘Atala Riffo y niñas *versus* Chile’ para a dignidade humana” escrito por Ana Elisa Silva Fernandes e Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão. “Decisão judicial e efeito *backlash* a partir das decisões do Supremo Tribunal Federal” é o tema proposto por Grégora Beatriz Hoffmann e Mônia Clarissa Hennig Leal.

Posteriormente, há o debate sobre a “Eficácia processual dos direitos da personalidade baseados nos precedentes normativos” de Rodrigo Valente Giublin Teixeira e Afonso Winter Junior. Em seguida, apresenta-se o estudo de Saulo Marques Mesquita e Fabrício Motta intitulado “O poder constituinte e a reinterpretação dos limites de gastos com pessoal”.

Julio Edstron Santos, Renata de Assis Calsing e Hadassah Laís de Sousa Santana discutem “Os direitos sociais e as crises atuais no Brasil: e se não houver dinheiro no orçamento público para os direitos sociais?”. O artigo seguinte é de Tainan Natércia Andrade Monteiro e André Studart Leitão sobre “Regulação de agrotóxico no Brasil: o projeto de Lei n. 6.299/2002 sob a égide do princípio da precaução”.

Lino Rampazzo e Marcius Tadeu Maciel Nahur brindam os leitores com o texto “Interdisciplinaridade na temática ecológica, com destaque ao problema da água: visão integral, ética, econômica e jurídica”. Depois, há o debate sobre “Desenvolvimento humano e migrações: refugiados ambientais e econômicos” instigado por Leilane Serratine Grubba e Caroline Bresolin Maia Cadore.

O artigo “Itinerários teóricos de construção da democracia moderna” de autoria de João Marcelo Barbosa Ribeiro Dantas é o tema para a leitura seguinte. Edson Ricardo Saleme e Emília Andrea Moura de Oliveira Salgado tratam “Do planejamento de políticas públicas locais: adesão de entidades subnacionais a partir de estratégias econômicas”.

Os autores Marcus Geandré Nakano Ramiro e Fernando Rodrigues de Almeida contribuem com “O problema da justiça: um diálogo com Hans Kelsen em sua apresentação das normas de justiça do tipo racional”. O próximo estudo é apresentado por Francisco Javier Talep Pardo e Grasiela Augusta Ferreira Nascimento com a reflexão sobre “La violencia en el ambiente del trabajo desde la perspectiva del derecho civil chileno: acoso sexual y laboral”. O último trabalho é produzido por Patricio Martínez com o tema “Notas sobre el origen histórico del Principio de Inexcusabilidad y su actual comprensión”.

Por fim, a Revista Direito & Paz registra os seus agradecimentos aos envolvidos nesta edição, os autores e autoras, os revisores, os pareceristas e à equipe do Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL, possibilitando a publicação de selecionados textos jurídicos acadêmicos.

Boa leitura!

Revista Direito & Paz